

XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE DE CACHOEIRA-BA

Matheus Gomes da Silva, Universidade Estadual de Feira de Santana, matheus19gomes@hotmail.com

Edson da Silva Santos, Universidade Estadual de Feira de Santana, edsonsporste@hotmail.com

Ivonice Sena de Souza, Universidade Estadual de Feira de Santana, vonisouza@yahoo.com.br

Wenderson Leone Kalile Alves, Universidade Estadual de Feira de Santana, leuzinhoow_fsa@hotmail.com

Geazi Ferreira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, geazi.fsa@gmail.com

Telma Maria Sousa dos Santos, Universidade Estadual de Feira de Santana, telmaarq@yahoo.com.br

RESUMO

O turismo é uma prática social e uma das principais atividades econômicas geradoras de renda e de empregos no mundo que tem o espaço geográfico como objeto de consumo e a paisagem geográfica como mercadoria. Isto posto, apresentamos este trabalho que tem como objetivo geral, investigar como a atividade turística tem contribuído para a preservação do patrimônio material histórico-cultural na cidade de Cachoeira-BA. Trata-se de um estudo de caso cujo método de abordagem será de cunho qualitativo e como procedimentos metodológicos, destaca-se a pesquisa bibliográfica, para fundamentação teórica, e trabalho de campo para aplicação de questionários. Como resultados, constatou-se que o poder público, tanto municipal quanto estadual e federal, têm empreendido ações na cidade histórica de Cachoeira-BA a fim de preservar os prédios históricos, tendo, como fator auxiliar, a atividade turística. Uma considerável parte da população local entende que é importante a preservação, todavia, ainda não tem conhecimentos consolidados sobre a questão de se preservar para resguardar a história e a geografia do lugar, bem como promover o desenvolvimento socioeconômico da cidade por meio do turismo. Há que se pensar em estratégias para inserir toda a população nessas discussões a fim de planejar essa atividade para que seja sustentável e que promova melhorias na qualidade de vida da população residente.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio histórico-cultural material. Preservação.

RESUMEN

El turismo es una práctica social y una de las principales actividades económicas de generación de ingresos y empleo en el mundo. Tiene el espacio como un objeto de consumo y el paisaje geográfica como una mercancía. Dicho esto, presentamos este trabajo que tiene como objetivo principal, investigar como el turismo ha contribuido para la preservación del patrimonio material histórico y cultural en la ciudad de Cachoeira, Bahía. Es un estudio de caso en que el método será de naturaleza cualitativa y cómo los procedimientos metodológicos, se hizo una extensa búsqueda en la literatura para los fundamentos teóricos y trabajo de campo para aplicación de cuestionarios. Como resultado, se encontró que el gobierno, tanto municipales como estatales y federales, se han llevado a cabo acciones en la histórica ciudad de Cachoeira-BA con el fin de preservar los edificios históricos

teniendo, como factor auxiliar, el turismo. Una parte considerable de la población local entendí que es importante a preservación, sin embargo, aún no tiene conocimiento consolidado sobre el tema de la preservación de salvaguardar la historia y, también, promover el desarrollo socioeconómico de la ciudad a través del turismo. Hay que si pensar en estrategias para integrar a toda la población en estas discusiones con el fin de planificar esta actividad para que sea sostenible y que promueva mejoras en la calidad de vida de la población residente.

Palabras clave: Turismo. Patrimonio histórico y cultural material> Preservación.

1 INTRODUÇÃO

O turismo já é, no momento, uma das principais atividades econômicas geradoras de renda e de empregos no mundo, conforme afirma Castrogiovanni (1995), pois comprehende um conjunto de atividades, bens e serviços, inseridos num espaço, que possibilita aos diferentes grupos sociais desfrutá-los em seu tempo livre. É na realidade um fenômeno de caráter econômico, social e cultural (*Idem, Ibidem*).

De acordo com Cruz (2003), a atividade turística é, antes de qualquer coisa, uma prática social que sofre influência da cultura de uma determinada sociedade e que tem o espaço geográfico como objeto de consumo, sendo a base da mercadoria turística, a paisagem geográfica. Destarte, o espaço ao qual se torna objeto de consumo do turismo passa por alterações em sua produção, haja vista que nele são inseridos objetos que irão permitir o crescimento dessa atividade, ou passa por processo de reorganização, onde fixos já existentes poderão ser apropriados a fim de servir à nova demanda de uso trazida pela atividade. Deste modo, o turismo não só produz como organiza e/ou reorganiza o espaço, refuncionalizando-o.

Isto posto, apresentamos este trabalho que tem como objetivo geral, investigar como a atividade turística tem contribuído para a preservação do patrimônio material, histórico-cultural na cidade de Cachoeira-BA. Para tanto, fez-se necessário identificar e caracterizar os prédios históricos cidade, posteriormente, verificar as ações do poder local, bem como da população e dos empresários locais para a conservação/ manutenção/ preservação das edificações históricas.

Como uma atividade econômica que visa o consumo do espaço e sendo este o objeto de estudo da geografia, esta ciência não poderá se furtar de estudar sobre como a atividade turística se apropria ou cria seu espaço para reproduzir-se. Isto posto, esta pesquisa torna-se relevante ao passo que poderá contribuir para a área de conhecimento da Geografia, discutindo sobre como o turismo vem modificando o espaço geográfico. Ademais, poderá contribuir para a sociedade, de um modo mais amplo, pois irá trazer informações sobre os impactos dessa atividade econômica, quer sejam eles positivos ou negativos, uma vez que esta atividade vem se apropriando do patrimônio histórico-cultural das cidades. Os resultados obtidos neste trabalho poderão suscitar reflexões sobre como nossa

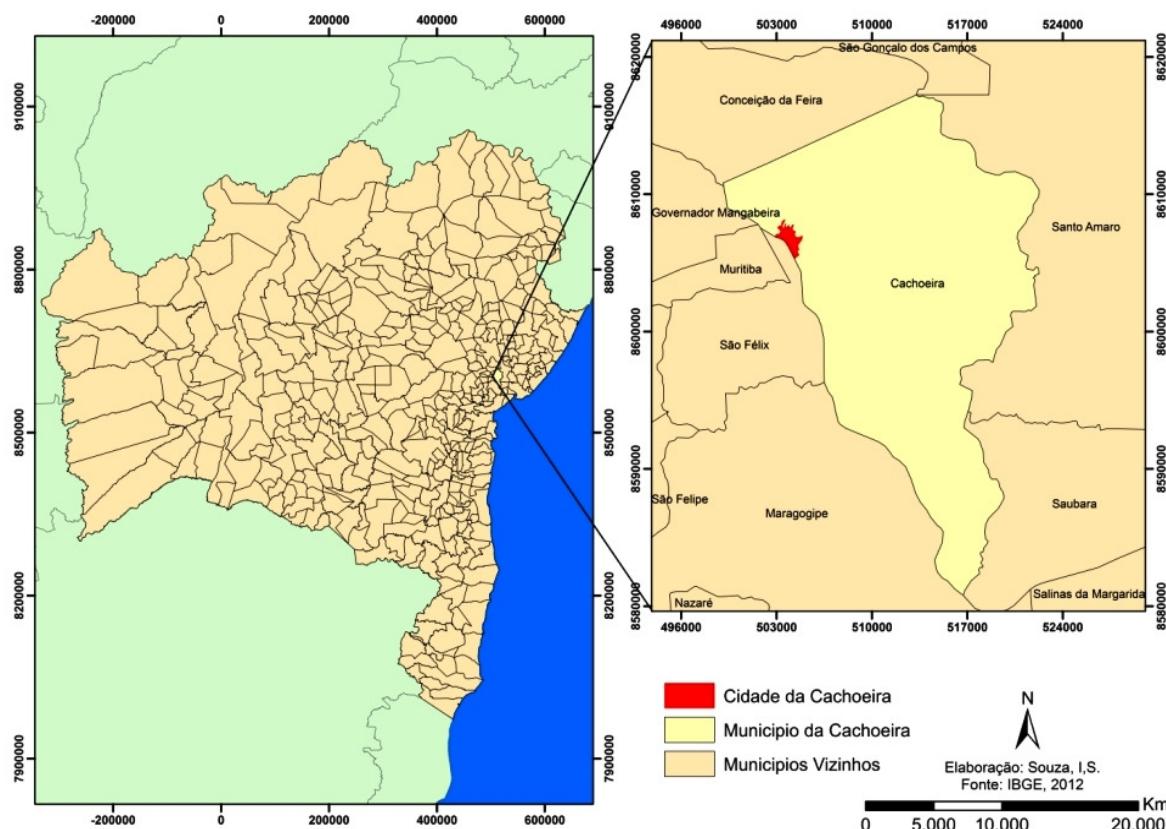
sociedade produz e reproduz o espaço e auxiliar os agentes públicos e privados e a comunidade local a pensar sobre o espaço e a atividade turística nele inserida.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Cachoeira-BA está localizado na Zona turística da Baía de Todos os Santos, que compreende os municípios do recôncavo baiano e as ilhas da baía. Limita-se com os municípios de Conceição da Feira, Santo Amaro, Saubara, São Félix, Maragogipe, Governador Mangabeira e Muritiba (Figura 1) e sua área municipal corresponde a 395, 223 km² (IBGE, 2015).

O sítio urbano de Cachoeira é delimitado pelo Rio Paraguaçu e pela disposição do relevo formado por morros mamelonares que circundam a cidade, com a histórica concentração de edificações no terraço fluvial, ou seja, nos terrenos menos acidentados nas proximidades do rio Paraguaçu. O acesso a partir de Salvador é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-324, BR- 116. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) a população total é de 32.026 habitantes.

Figura 1: Mapa de localização



3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, que se enquadra no método de abordagem qualitativo. Isto posto, pretende-se verificar a relação do fenômeno investigado com a realidade local, obtendo interpretações dessa realidade por parte do pesquisador e informações, mais fidedignas possíveis, para se explicar o significado e as características do objeto da pesquisa (BAUER ET AL, 2002).

Como procedimentos metodológicos, foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica, que aborda turismo e patrimônio histórico-cultural, usando fontes teóricas oriundas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); sobre conservação/ preservação/ manutenção do patrimônio, fez-se uso dos trabalhos de Rodrigues (2006), Bittencourt (2009) e documentos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ademais, fez-se uso de documentos do Governo do Estado da Bahia.

No segundo momento, após fundamentação teórica, foi realizado um trabalho de campo para aplicação de questionários na parte principal do centro histórico da cidade. Destes, 30 foram destinados à população local e 28 questionários foram direcionados aos comerciantes locais. Na oportunidade, foi realizada entrevistas com representantes do poder público municipal e também com representantes do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) na cidade para ter informações mais detalhadas do que se estava pesquisando. Por fim, novamente em gabinete, os dados foram organizados e analisados à luz da bibliografia consultada e redigiu-se o texto final.

4 RECURSOS E ATRATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A inserção da atividade turística numa determinada porção do espaço não se dá de forma aleatória. O espaço tem de apresentar certas características que possam ser transformadas em recursos ou atrativos para a atividade. Estes podem ser naturais ou artificiais. Para fim dessa pesquisa, abordar-se-á os artificiais.

O recurso/atrativo artificial é a adequação dos recursos e obras produzidas pelo homem, serviços e de atitudes que colaborarão com a natureza histórica de um lugar e de sua população. Estes recursos/atrativos se dividem em: bens históricos, folclóricos, religiosos, entre outros; bens e serviços de infraestrutura; modo de vida e comportamento dos habitantes.

Em relação à preservação e a potencialização dos recursos/atrativos culturais, de acordo com Petrocchi (1998, *apud* CASTRO e MENDONÇA, 2010. p. 137): “esses recursos são integrantes do acervo turístico do lugar. Enriquecem a oferta, preservam a memória, têm sentido cultural e são apreciados por visitantes e moradores”. Por isso, a atividade turística quando se apropria do patrimônio histórico-cultural, deve seguir algumas regras de preservação, tais como: iluminação especial, contar com informações culturais, realização, por meio de seus administradores, de constantes estudos, enfatizar a valorização do entorno, dentre outros cuidados importantes para o bom uso dos recursos/atrativos

histórico-culturais materiais. Muitos desses recursos/atrativos artificiais são tombados pelo poder público, tornando-se patrimônio de um determinado lugar. A seguir, discute-se sobre esta questão.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO

Tendo como escopo de análise dessa pesquisa a apropriação dos atrativos ou recursos artificiais pelo turismo, cabe discorrer sobre estes, que conformam o patrimônio.

Os bens naturais, o legado histórico, cultural, costumes, tradições, todos os bens, quer sejam naturais ou construídos, materiais ou imateriais, que herdamos do passado, constituem um patrimônio. Tem-se, por interesse social, transmitir esse legado às gerações futuras, posto que o patrimônio é considerado de suma importância para a conformação e consolidação da identidade de uma sociedade. Deste modo, a sua conservação deve ser de interesse público. (CREA-SP, 2008; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015)

A Constituição Brasileira, no artigo 216, inclui como patrimônio: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio pode ter diferentes classificações, quais sejam: Histórico, Cultural e Ambiental. Para efeito desta pesquisa, discorremos sobre o patrimônio material de cunho histórico-cultural. De acordo com o Ministério da Cultura (2015), o patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, que pode ser: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Estes bens devem passar pelo processo de tombamento, que condiz num instrumento legal de proteção que visa a preservação de um determinado bem ou conjunto de bens culturais. De acordo com o IPHAN (2015), as cidades históricas são consideradas bens histórico-culturais materiais.

Por serem referências que contam a história do Brasil, onde se é possível visualizar os processos de transformação do país, o IPHAN visa preservar as cidades e núcleos históricos. Ainda segundo o órgão:

Em função de seu papel na história, cada um dos núcleos urbanos históricos atua como "cidades polo" em todas as regiões do país. São sempre cidades tradicionais, marcadas por cenários urbanos diferenciados, relacionados com manifestações culturais tradicionais e com eventos históricos (...) (www.portal.iphan.gov.br)

Dentre essas cidades históricas do país, se destaca Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que foi tombada pelo IPHAN em 1971, embora muitos bens tenham sido tombados, individualmente, na década de 1940.

No entanto, para resguardar esses bens histórico-culturais, é necessário, além do processo de tombamento, a conservação/ manutenção visando a preservação. Este assunto será discutido a seguir.

6 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

A conservação e manutenção dos bens materiais histórico-culturais de um lugar é realizada por órgãos governamentais nacionais e internacionais, assim como por não governamentais e sociedade civil, cada qual com seu grau de importância.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR, 2015), deixa a perceber que conservação e manutenção tem mesmo sentido. O documento do órgão infere que manutenção e/ou conservação: “São as intervenções de pequeno porte ou dimensão, e voltadas para a correção de pequenos danos, eliminação de interferências e controle na deterioração em piso, telhado paredes, etc” (www.patrimoniocultural.pr.gov.br). Acrescenta ainda que as obras, quando acontecem, não devem provocar alterações alguma nos traços característicos da edificação, ao contrário, deve-se resguardar, ao final das intervenções, as condições iniciais do espaço.

Já quanto à preservação, o CREA-SP, infere que preservar significa impedir a descaracterização/destruição do patrimônio, propiciando a sua plena utilização, ou seja, a preservação consiste na manutenção de um bem no estado físico em que se encontra, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio.

Esses processos, de manutenção/ preservação/ conservação, são viabilizados por meio de processos de tombamento, que se caracteriza por atos administrativos e se restringe ao impedimento da demolição, ampliações e reformas do bem, que podem descaracterizá-lo (CREA-SP, 2008)

7 A RELAÇÃO DO TURISMO COM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL MATERIAL DE CACHOEIRA-BA

A preservação de prédios e monumentos históricos, que conformam o patrimônio histórico-cultural material de uma sociedade, é de suma importância. Como alternativa para tal, as “Normas de Quito”, que fora uma reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesses histórico e artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), discute a utilização do patrimônio, seja natural ou artificial, pela prática turística, esta vista como fator auxiliar na proteção desse patrimônio (PELLEGRINO FILHO, 1997).

Conforme as Normas de Quito:

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacional. (OEA, 1967,p.6)

Isto posto, a partir desta seção, discute-se a participação do turismo na preservação da do patrimônio histórico-cultural material da cidade de Cachoeira-BA. De início, buscou-se saber junto aos empresários locais do setor formal, situados no centro histórico, nos mais diversos empreendimentos, como o turismo tem contribuído para a preservação deste patrimônio.

Os estabelecimentos consultados foram agrupados nas seguintes categorias: Lanchonete, Bar, Comércio, Hospedagem e Restaurante. Vale ressaltar que a escolha dos estabelecimentos para aplicação dos questionários se deu de forma aleatória.

Tabela 1: Relação de empreendimentos pesquisados

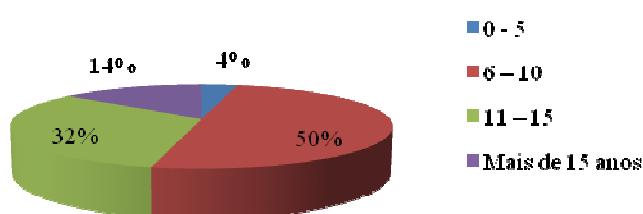
Lanchonete	Bar		Comércio	Hospedagem	Restaurante
2	9		6	7	5

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Setembro de 2015

Elaboração: Santos, 2015

Em sequência, buscou-se saber há quanto tempo estes empresários atuam na cidade. Percebe-se que 50% estabelecimentos estão em funcionamento entre 6-10 anos, seguidos por aqueles na faixa de 11-15 anos de funcionamento, representando 32%. Como revelam os números, boa parte do empresários que atuam na cidade são recentes.

Gráfico 1 - Tempo de atuação na cidade

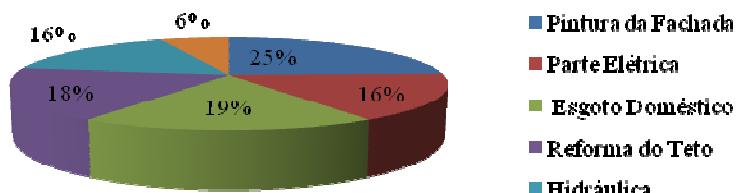


Fonte: Pesquisa de campo realizada em Setembro de 2015

Elaboração: Santos, 2015

Diante disto, buscou-se saber se para sua instalação ou ao longo do uso do imóvel histórico houve algum reparo e/ou reforma. Como resposta, 19 afirmaram ter realizado reparos necessários no imóvel usado, e nove apontaram que não. Todavia, caso a resposta fosse positiva, foi solicitado que apontassem quais foram feitas. Vale frisar que, para esta questão, o entrevistado poderia apontar mais de uma opção, assim sendo, os reparos e/ou reformas mais apontadas (**vide gráfico - 2**) foram: pintura da fachada, com 19%, seguida por esgoto doméstico, com 19% e parte elétrica, com 16% das indicações.

Gráfico 2 - Melhorias realizadas para o uso do Imóvel



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Setembro de 2015. **Elaboração:** Santos, 2015.

Por ser uma cidade tombada, as edificações históricas de Cachoeira encontram-se em constante vigilância, diante disto, buscou-se saber junto aos donos dos estabelecimentos se há orientação por parte de órgãos públicos, como prefeitura e IPHAN, para a conservação/ manutenção do imóvel. Como resposta, 21 dos 28 consultados assinalaram que **Sim** e sete sinalizam que **Não**. Porém, caso a resposta fosse positiva, justificassem: como? Em síntese, apontam que as orientações dos órgãos públicos consistem em não mudar as fachadas, mantendo as cores e os traços arquitetônicos das mesmas. Isto é perceptível nas seguintes falas: *Não mudar a fachada, manter as cores originais; Manter a fachada intacta* (foto 1 esq.).

Diante do apresentado, percebe-se que o poder público fornece orientações aos donos de estabelecimentos objetivando contribuir com a conservação/manutenção e, consequentemente, preservação das edificações históricas. Contudo, ao iniciar um reparo ou reforma, além de mão de obra especializada, todo cuidado é pouco para que as mesmas não sejam descaracterizadas. Isso posto, buscou-se saber dos donos de estabelecimentos se o poder público realiza fiscalizações que visem a preservação dos prédios históricos. Como respostas, 27 dos entrevistados disseram que **sim**, há recorrentes fiscalizações, e apenas um disse que **não**.

Foto 1: Casarão sendo pintado (esq.) Mercado Municipal sendo restaurado (dir.)



Fonte: Silva, 2015.

Outra preocupação da pesquisa consistiu em saber como o desenvolvimento do turismo tem contribuído para preservar os prédios históricos da cidade, ou não, e porquê, na opinião dos sujeitos da pesquisa. 27 dos 28 consultados responderam que **sim** e apenas um apontou que **não**. De maneira geral, os que avaliaram de forma positiva apontam que os imóveis preservados tendem a atrair turistas trazendo, com isto, renda para cidade. Tal discurso é perceptível nas seguintes falas: *A conservação atrai novos turistas; Os prédios preservados atraem mais turistas; Ajuda a preservar os casarões antigos e a atrair turistas.* Em se tratando do entrevistado que assinalou que não vê relação entre o turismo e a preservação dos casarões históricos, o mesmo justificou da seguinte forma; *porque tem muitos prédios em ruínas.*

Nesta pesquisa, buscou-se saber, também, a percepção da população sobre a atividade turística. Os pesquisados residem na área principal do centro histórico, que foi abarcada nessa pesquisa. Foram 30 pessoas entrevistadas, sendo 17 homens e 13 mulheres. Na tabela abaixo encontram-se as informações sobre a escolaridade dos entrevistados. A maior parte dos entrevistados tem o ensino médio (14), em seguida, oito estudaram apenas o fundamental I.

Tabela 2 – Escolaridade dos entrevistados

Não Alfabetizado	1 ^a à 4 ^a série	5 ^a à 8 ^a série	Ensino médio	Ensino superior
0	8	2	14	6

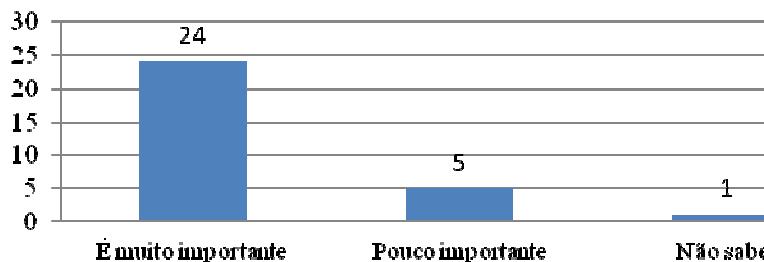
Fonte: Pesquisa de Campo;

Elaboração: Silva, 2015.

Após isto, intentou-se saber a posição dos entrevistados sobre a preservação dos prédios históricos da cidade. O gráfico 3 sintetiza as respostas obtidas. Para a maioria dos entrevistados (24) que residem na área principal do centro histórico de Cachoeira-BA, é de suma importância a preservação o patrimônio histórico-cultural material da cidade. Dentre as justificativas apontadas pelos entrevistados, algumas são: *É muito importante, pois Cachoeira é uma cidade que conta a nossa história; outro afirma que a preservação é importante, pois: mantém a história da cidade viva, já que uma parte já foi mutilada ao longo do tempo; É importante porque muitas cidades perderam a sua memória.* As demais falas concernem ao fato desses prédios históricos se configurarem como recursos que atraem turistas, o que redonda em aumento de lucro para os comerciantes, no entanto, muitos dos moradores questionados fazem ressalvas quanto a atuação do IPHAN. Segundo um deles: *Não existe orientação explicando como deve ser feita [as pequenas obras de reformas], só depois que está construindo, chegam e embargam.*

Os que acham pouco importante (5) também questionam a atuação do órgão. Na opinião de alguns desses entrevistados: *É pouco importante, porque você não pode fazer quase nada na sua casa por fora, sendo que tenho minha casa e não posso fazer o que quero, então não é minha casa; É pouco importante, porque evita o desenvolvimento da cidade, muitas pessoas vão embora por isso, porque não podem reformar a sua casa a seu gosto.*

Gráfico 3- Preservação dos Prédios e Monumentos Históricos, Segundo a Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Setembro de 2015

Elaboração: Santos, 2015.

Durante a pesquisa ficou nítido que há uma distância entre o IPHAN, responsável pelas normas sobre manutenção/ conservação, e os moradores locais. O que ocorre é que a comunidade, tanto a parte que acha importante, quanto a que acha pouco importante, parece ainda não ter percepção sobre a importância de preservar as suas casas, que são na verdade prédios históricos, por outro lado, o IPHAN não empreende ações que possam ir além da fiscalização, para que a comunidade se sinta pertencente à história e à geografia do lugar. A comunidade entende que o turismo é importante, entretanto, apenas para o comércio, não vê que pode trazer retorno para ela mesma.

Dando prosseguimento, outra pergunta questionada foi: com o desenvolvimento do turismo, os prédios e monumentos históricos estão mais preservados que antes? Como resposta, 22 afirmaram que sim e 8 não. A maioria assevera que isso ocorre justamente por conta do turista, portanto, vê uma relação de reciprocidade entre a preservação dos prédios históricos e o desenvolvimento da atividade. Segundo alguns dos entrevistados: *Se não tivesse turista não seria conservado*; outro diz que *Se não tiver turista, não tem visitação, se não tiver visitação ninguém preserva*; Outro acrescenta: *Estão [os prédios históricos] sempre conservados, as fachadas estão sempre sendo respeitadas*; Já os que disseram que não houve interferência do turismo na preservação dos casarões históricos usaram como justificativa o abandono de muitos destes. Em pesquisa de campo foi verificado que, realmente, há algumas áreas do centro histórico que tem uma grande quantidade de prédios nessas condições (Foto 2), mas o IPHAN está com a pretensão de restaurar alguns, outros já estão em processo, como o Mercado Municipal (Foto 1, dir.).

Quanto ao poder público municipal, este vê que há uma forte relação entre o patrimônio material histórico-cultural material da cidade e o turismo, posto que é um fator de geração de renda, um dinamizador da economia do município, que não é muito diversificada, ou seja, na medida em que esse conjunto arquitetônico é preservado, além de representar fatos da história e da geografia do lugar (posto que se configura como rugosidades espaciais que denotam as técnicas usadas pela sociedade para produção do espaço, como aponta Milton Santos) também representa uma fonte de renda para a

população local. Os empresários que trabalham com o turismo sabem que à esta atividade estão atrelados emprego e renda; sabem que o turista cobra da cidade uma boa infraestrutura. Por outro lado, o turista, mesmo que ele não perceba, incentiva a preservação, na visão do representante entrevistado, pois os prédios e monumentos históricos devem estar em condições adequadas para usufruto dos mesmos. Parafraseando-o, nenhum turista quer visitar uma cidade histórica em ruínas, ou adentrar num prédio histórico onde o assoalho, o teto, as paredes estejam oferecendo riscos para eles.

Foto 2: Um dos muitos casarões ainda em ruínas.



Fonte: Silva, 2015.

Outro ponto importante é que, antes das obras de restauração de um prédio qualquer, a Prefeitura, junto com o IPHAN, procura definir o uso do imóvel, a sua finalidade após a restauração. Neste ponto, como aponta o representante do poder público municipal, o turismo tem sido parceiro importante, pois muitos prédios restaurados se tornaram restaurantes, lanchonetes, hotéis, pousadas. E isto rebate no aumento e consolidação da infraestrutura turística da cidade, por exemplo, na oferta hoteleira, onde a cidade salta, no início da década passada, de 300 leitos para 600, aproximadamente. O IPHAN dialoga com a Prefeitura. Segundo a representante do órgão na cidade, restauração por si só não tem importância, tem-se que pensar o que vai sustentar o prédio recuperado. O turismo dá uma utilidade para o casarão recuperado, posto que a preservação só se consolida com seu efetivo uso, neste caso, ligado às atividades turísticas. Além das funções supracitadas, muitos casarões são restaurados para abrigar, também, centros culturais e museus.

Um dos projetos que foram executados voltados para a restauração foi o Monumenta. Conforme a representante do IPHAN, foi um programa financiado pela Caixa Econômica Federal destinado à imóveis, tanto públicos quanto privados. A cidade de Cachoeira foi a que mais recebeu apoio do Monumenta. Findando o projeto, o IPHAN da cidade, mesmo com poucos funcionários, tem

procurado auxiliar os empresários locais e a comunidade sobre a forma de executar projetos de conservação/manutenção seguindo às normas estabelecidas, ainda que a atuação para com o último grupo seja deficiente.

Questionado quanto à fiscalização, o poder público municipal assevera que esta atividade é de competência do IPHAN e acrescenta que existe, sim, preocupação com fiscalização. Após restauração, deve-se atentar para a manutenção, conforme as prerrogativas do IPHAN. Segundo a representante do IPHAN, soube-se que as fiscalizações concernem, principalmente à fachada, volumetria (que é a conservação da silhueta da paisagem) e dos materiais de construção usados para manutenção/conservação. Mesmo para imóveis não tombados, há instrução para sua manutenção/conservação. Sobre a atuação do órgão junto aos empresários locais, houve campanhas quanto à manutenção dos prédios que foram apropriados para a execução das mais diversas atividades voltadas para o turismo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o Patrimônio Arquitetônico de Cachoeira-BA é constituído por casas, sobrados, prédios públicos, praças, ruas, igrejas, engenhos, portos, ponte, entre outros. A formação desse patrimônio fora impulsionada pelos ciclos econômicos, principalmente o de açúcar e fumo. Tal período de prosperidade remota aos séculos XVIII e XIX, o qual permitiu a criação de imóveis, tanto para servir de moradia como pequenos casarios e sobrados, quanto para o entretenimento. Os principais imóveis, que possuem em sua arquitetura influência barroca expressa nas habitações civis e religiosas, foram erguidos no século XVIII.

Por ser uma cidade tombada, a manutenção / conservação desse patrimônio encontra amparo em Leis e conta com a fiscalização de órgãos públicos como IPHAN. Aliada a essa política está a tentativa de reestruturação econômica de Cachoeira através do fomento à atividade turística. Programas e projetos tem sido executados para viabilizar o desenvolvimento dessa atividade, bem como a conservação e preservação do patrimônio. Como exemplo, tem-se o programa Monumenta, que procurou revitalizar diversos imóveis públicos ruas, praças e logradouros, além de contar com linhas de crédito para os imóveis privados. Engajados nessa concepção de desenvolvimento econômico via atividade turística, muitos dos empresários locais têm contribuído com preservação e/ou conservação do patrimônio histórico-cultural material através de reformas e da não descaracterização dos imóveis, na tentativa de atrair turistas.

Face ao exposto, percebe-se que o poder público, tanto municipal quanto o estadual e federal, têm empreendido ações a fim de preservar os prédios que contam às transformações socioespaciais da cidade, do estado e do país. No entanto, ainda há o que se fazer. As experiências indicam que uma comunidade consciente e engajada na preservação de seu patrimônio, como recurso de seu de

desenvolvimento econômico, tem tido bons resultados. Em Cachoeira, como verificado nas falas daqueles que vivem na cidade, ainda não se percebe isso de forma consolidada. Diante disto, há que se promover campanhas educativas voltadas para construção e/ou (re)afirmação das pessoas para com o seu lugar, pois parte-se do seguinte pressuposto: quem conhece gosta, quem gosta se identifica e luta por melhorias para o seu lugar.

Nesse sentido, é importante que haja uma união de forças entre poder público municipal e o IPHAN para disseminar informações sobre preservação e importância para a população residente, como já feito como os empresários locais. Ademais, inserir a população nas discussões sobre a importância do turismo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da cidade é de suma importância, pois isso irá capacitá-los a usar esse patrimônio a seu favor. Outro ponto importante é tornar acessíveis as normas estabelecidas pelo órgão para manutenção/conservação dos casarões para que não infrinjam as mesmas.

Todos esses processos devem ser calcados numa concepção de planejamento participativo e turismo sustentável, como infere a OMT (Organização Mundial do Turismo) posto que, promover essa atividade de forma sustentável é gerenciar todos os recursos implicados na atividade turística, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural.

9 REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W; GASKEL, G; ALLUM, Nicolas C. Qualidade, Quantidade e interesse do conhecimento-Evitando confusões. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002

BITTENCOURT, Adriana Santana. **A paisagem urbana de cachoeira-BA**: diferentes olhares e interfaces. 2011. 165p. Mestrado. Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br>> Acesso em: 06/09/2015.

CASTRO, Regiane C., & MENDONÇA, Arminda. A Importância Dos Recursos/Atrativos Naturais E Artificiais para a cidade De Manaus. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010.

CASTROGIOGANI, Antonio Carlos. Geografia e turismo: reflexões. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 20: 92-93, dez., 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38182/24565>> Acesso em: 01/05/2015.

CREA-SP - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. Patrimônio histórico: como e por que preservar. 3^a edição. Bauru, SP: Canal 6, 2008. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf> Acesso em: 06/09/2015.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo.** 2^a ed. São Paulo-SP: Roca, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Século XXI. Consolidação do turismo. Estratégia turística da Bahia: 2003-2020. Secretaria da Cultura e Turismo. 2005

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 06/09/2015

MINISTÉRIO DA CULTURA. Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura>> Acesso em: 06/09/2015

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Normas de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesses histórico e artístico. 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas>> Acesso em: 10/09/2015.

PELEGRINO FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo.** 2^a edição. Campinas, SP: Papirus, 1997

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O conceito de Património Cultural no Brasil: do conde de Galéias à constituição federal de 1988. In.**Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar.** Clerton Martinis. (org). São Paulo: Roca, 2006. Cap. 1.p. 1-16